

Uso exclusivo dos Correios

- | | |
|--|---------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Desconhecido |
| <input type="checkbox"/> End. Insuficiente | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Não existe o número | <input type="checkbox"/> Outros |

Reintegrado ao Serviço Postal em ___/___/___

Responsável - visto: _____

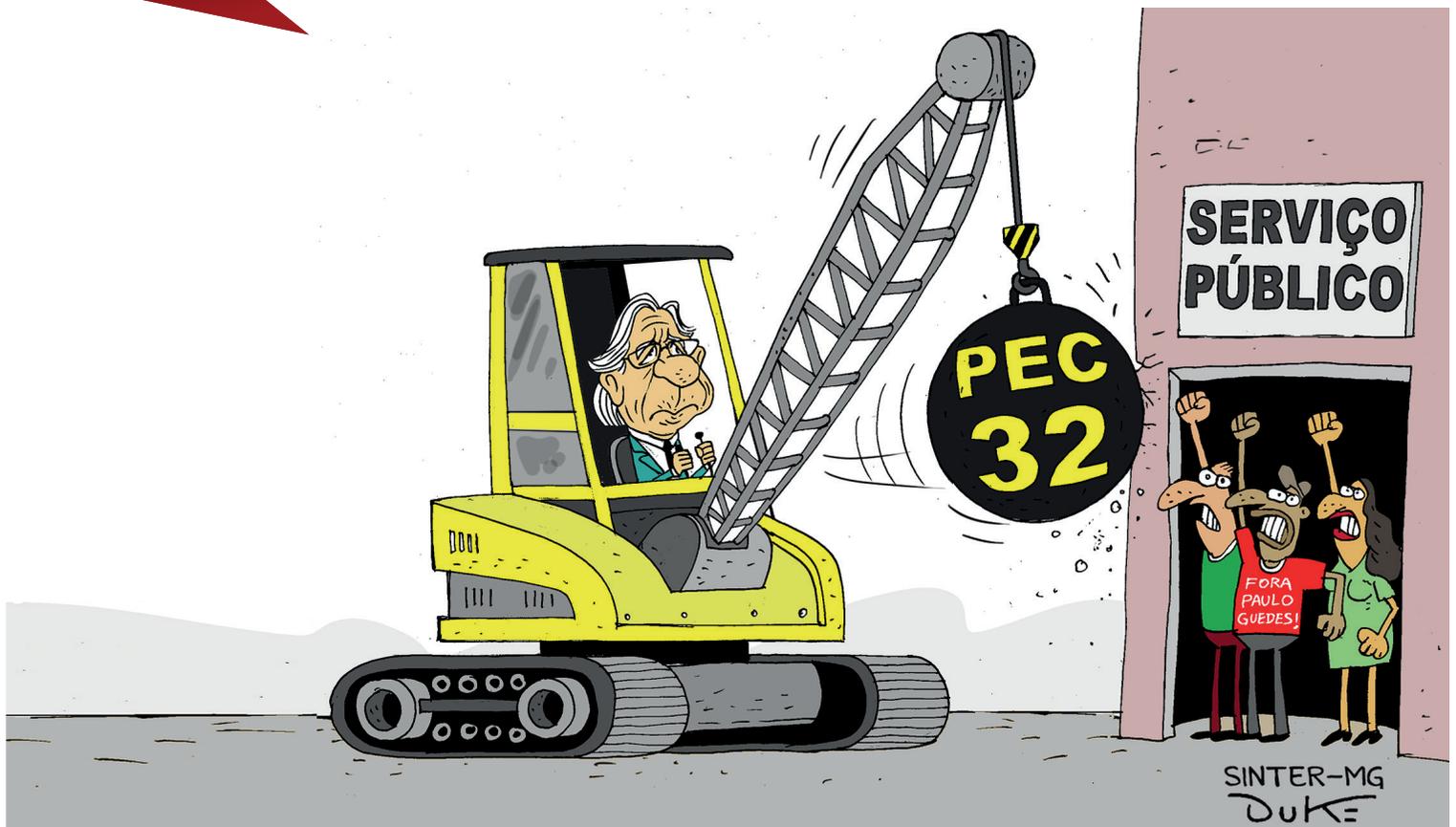
Ano 32 | Edição nº 01 | Julho de 2021

www.sinter-mg.org.br

**NESTA
EDIÇÃO**

PEC32/20

PROPOSTA DE REFORMA ADMINISTRATIVA DO
GOVERNO BOLSONARO É A NOVA REFORMA
TRABALHISTA DO SERVIÇO PÚBLICO



03

Privatizações
colocam o país
em liquidação.

04

Balço
Fiscal e
Patrimonial
2020

E mais:

Homenagem aos desligados
pelo PDV



SINTER-MG

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA
E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A luta pela vida, por direitos e por emprego

Vivemos um dos piores capítulos da história brasileira. Em quase dois anos da pandemia, que já ceifou mais de 530 mil vidas, a vacinação segue a passos lentos. A economia se deteriora a cada dia, o arrocho salarial derrete o poder de compra dos trabalhadores. Não bastasse tudo isso, não há trégua e segue a ofensiva contra os direitos trabalhistas. Falta vacina no braço, comida no prato, crédito para micro e pequenas empresas se manterem, falta esperança.

A agenda neoliberal vem “passando a boiada” e aprovando suas propostas. Nos últimos tempos vivenciamos ataques: reforma da previdência, reforma trabalhista, aumento vertiginoso das privatizações, terceirizações e precarização do trabalho e, agora, mais uma bomba para o serviço público e toda a população, que é a reforma administrativa.

Na luta contra o Covid-19, esteve ao nosso lado, mostrando seu importante valor, o SUS. Mesmo com todas as investidas para desqualificá-lo como modelo de assistência à saúde, foi o que nos garantiu condições de lutar pela vida, apesar de seus profissionais tão desvalorizados.

Na pandemia ficou evidente a importância do serviço público e como essa agenda nefasta, como a Emenda Constitucional 95, ou emenda da morte, que congelou o teto dos gastos públicos, impacta de forma tão negativa a vida dos brasileiros. Nosso compromisso, enquanto entidade sindical, é seguir resistindo, pressionando governantes e lutando para defender a democracia, a vida, o emprego e os direitos dos trabalhadores. Fortalecer o serviço público é fortalecer o Brasil.

Por unanimidade, trabalhadores aprovam relatórios financeiros e balanço patrimonial

Os relatórios financeiros e o balanço patrimonial do SINTER-MG, que já haviam sido aprovados pelo Conselho Fiscal, foram apreciados em assembleia geral realizada no dia 30/6, via videoconferência, conforme já vem sendo feito pelo SINTER, que mantém sua agenda de trabalho adotando todas as medidas para se garantir a segu-

rança e proteção à saúde dos trabalhadores. As contas do exercício financeiro de 2020 foram aprovadas por unanimidade. O Sindicato mantém seu compromisso com a transparência e responsabilidade na gestão dos seus gastos, cuidando para que os recursos dos trabalhadores sejam bem utilizados nas suas lutas.

Homenagem aos desligados pelo PDV

Terminou no mês de maio os desligamentos do último PDV e, entre os desligados, estavam muitas companheiras e companheiros de luta. À ocasião do desligamento, nossos associados receberam uma homenagem do SINTER-MG em reconhecimento e agradecimento à sua inestimável contribuição para a promoção da ATER pública e por sua participação no Sindicato, lutando por condições dignas de trabalho e por um mundo mais justo e humano. Parabenizamos estas trabalhadoras e trabalhadores por seu incrível caminho trilhado e deixamos nosso desejo de que desfrutem muito de sua nova trajetória!

Homenagem a Noé Fernandes de Oliveira, atuante como dirigente sindical desde a fundação do SINTER. Sua importante participação na luta ao longo de todos esses anos, possibilitou que hoje os trabalhadores da ATER mineira tenham conquistas que lhes assegurem dignidade e que a ATER pública tenha tão importante papel para o desenvolvimento de Minas Gerais. É uma honra para o SINTER ter contado com o apoio de Noé e continuar contando, pois mesmo aposentado ele segue como nosso sócio e companheiro de luta!



Expediente



Rua José de Alencar, 738 | Belo Horizonte/MG | CEP: 30421-045
Telefax: (31) 3334-3080
www.sinter-mg.org.br | conexao@sinter-mg.org.br

DIRETORIA COLEGIADA DO SINTER-MG

Diretor Geral: Fábio Alves de Moraes | **Diretor Secretário:** Ronaldo Vieira Aquino | **Diretor de Administração e Finanças:** Carlos Augusto de Carvalho | **Diretor de Comunicação e Cultura:** Janya Aparecida de Paula Costa | **Diretor de Assuntos Jurídicos:** Pascoal Pereira de Almeida | **Diretor de Formação Política e Sindical:** Rubem de Almeida | **Diretor de Assuntos de Agricultura Familiar e Reforma Agrária:** Leni Alves de Souza | **Diretor de Assuntos dos Aposentados:** Reinaldo Bortone

DIRETORES DE BASE

Norte: Dinamar Dias Barbosa | **Centro:** Silmara Aparecida Cota Campos | **Triângulo:** Cláudia Aparecida Sabino El Armali | **Alto Paranaíba e Noroeste:** Guiomar Magela da Mota | **Leste:** Wildes Vilarino Ferreira | **Zona da Mata:** Célio Alexandre de Oliveira Barros | **Sul:** André Martins Ferreira

REPRESENTANTES DAS SEÇÕES SINDICAIS

Janaúba: Raimundo Mendes de Souza Júnior | **Januária:** Fernando Cardoso de Oliveira | **Montes Claros:** Fernanda Maria Lima Maia | **Salinas:** Maria Dolores Patente Tanure | **Barbacena:** Tadeu César Gomes de Azevedo | **Belo Horizonte:** Walfrido Machado Albernaz | **Curvelo:** Marilson Dalla Bernardina | **Divinópolis:** Virgínio Alves Pereira Neto | **Uberaba:** Simone da Consolação Silva Ribeiro | **Uberlândia:** Carlos Miguel Rodrigues Couto | **Patos de Minas:** José dos Reis Pereira | **Unai:** Estelha Maria da Silva Lima | **Almenara:** José Geraldo Lisboa de Matos | **Capelinha:** Ismael Mansur Furtado | **Governador Valadares:** Lilian Gonçalves Barroso | **Teófilo Otoni:** Paulo

Ernesto Palmieri | **Cataguases:** Josele Almeida de Souza | **Manhuaçu:** Adenilson Mendes Chaves | **Juiz de Fora:** Wellerson da Fonseca Masson | **Viçosa:** Margareth do Carmo Cruz Guimarães | **Alfenas:** Patrícia Regina Domingos | **Lavras:** Francisco Carlos Pedro | **Pouso Alegre:** Daniel de Oliveira

CONSELHO FISCAL

Ione Quadros Maia Carvalho | Noé de Oliveira Fernandes Filho | Paulo César Thompson | Lúcio Passos Ferreira | Darci Maria do Rosário

CONEXÃO SINTER

Coordenação: Janya Costa | **Participação:** Diretoria/Jurídico SINTER-MG | **Fotos:** Liliane Mendes/Arquivo SINTER | **Diagramação:** Dante Caçado | **Projeto Gráfico:** Somanyideas | **Jornalista Responsável:** Liliane Mendes – 0019118/MG
Para sugestões, comentários e críticas sobre o Conexão SINTER-MG contato@sinter-mg.org.br

Vender o país é a meta! Desestatização desmantela o serviço público.

Tentativa de fusão da EMATER-MG evidencia o esforço para vender o patrimônio público de Minas Gerais.

Em Minas Gerais temos um governo que quer diminuir o serviço público e o acesso da população a políticas sociais e serviços básicos. Desde a campanha, o governador Romeu Zema (Novo) deixou claro os seus objetivos. Empresário que é, ele conduz o governo não como um gestor que busca melhorias para o serviço público, mas como um patrão, que promove privatizações, entregando as empresas públicas a empresários, mercantizando o direito à dignidade humana. Zema segue em Minas a lógica de redução do Estado, como Bolsonaro faz a nível federal. Suas propostas são para acabar com direitos, especialmente, os que dizem respeito à estabilidade, aposentadoria e promoções.

Os servidores públicos, entidades sindicais e a população vem lutando contra a privatização da Cemig e da Copasa, duas empresas economicamente estratégicas para o Estado e que se privatizadas, haverá a piora na qualidade do serviço e tarifas mais caras, impactando ainda mais a população que já sofre com os efeitos da pandemia e da crise econômica. Além de água e energia, o governador quer vender várias outras empresas mineiras e, para isso, o governo primeiro sucateia essas empresas, na tentativa de criar argumentos de que elas não geram retorno para o Estado.

O termo privatização foi substituído por outro menos indigesto: desestatização, que tem o mesmo objetivo, que é diminuir o alcance do Estado no atendimento à população. Em 2020 Zema tentou fazer a fusão da Emater com a Epamig, e no seu plano de governo falava em PRIVATIZAÇÃO das mesmas. No caso de privatização da Emater, empresa que presta serviço de assistência técnica e extensão rural pública, haveria, além da perda de direitos dos trabalhadores, prejuízo no atendimento aos agricultores e, conseqüente impacto na produção agrícola e na economia do Estado, uma vez que os agricultores familiares são responsáveis por boa parte dos alimentos que chegam aos nossos pratos.

A tentativa de fusão da Emater encontrou ampla resistência dos trabalhadores. Durante a luta contra a fusão, o Sindicato se reuniu e manteve diálogo com o Sintappi e a ASPE, entidades representantes dos trabalhadores da Epamig, alinhando a defesa dos trabalhadores das duas empresas. O Sindicato realizou videoconferências em to-

das as suas bases de representação sindical, dialogando com os trabalhadores sobre os malefícios da fusão, encaminhou carta a todas as deputadas e deputados da Assembleia Legislativa, além de cartas a lideranças municipais e regionais pedindo que fossem contra o fim da Emater e que apoiassem a Extensão Rural Mineira, alertando sobre as incertezas do projeto elaborado às escuras.

O Sindicato reuniu-se com vários parlamentares, mostrando ao legislativo a importância da ATER pública e os riscos da fusão, o que fez com que grande parte dos deputados saísse em defesa da Emater, inclusive, com aprovação de audiências públicas para debater a fusão e a realidade vivida pelos trabalhadores da Extensão, de amargas perdas salariais, falta de profissionais em número suficiente para atender a demanda do Estado, e condições de trabalho cada vez piores.

O Sindicato buscou, por várias vezes, dialogar com a Secretária de Agricultura, expôs a situação da fusão em mídias, com entrevistas ao Jornal Brasil de Fato MG e NTV, houve ampla mobilização dos trabalhadores para expor a situação da fusão, o que gerou um apoio maciço de agricultores e diversas esferas da sociedade. O Sindicato organizou reunião com Eros Marion Mussoi, que foi professor da Universidade Federal de Santa Catarina por 38 anos e trabalhou, por quase 39 anos, na Empresa de Pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), para expor os problemas da Epagri, de Santa Catarina e outras empresas de ATER que passaram por fusão. Houve ainda a denúncia da via aberta do governo para dialogar com concorrentes da Emater-MG, sendo que a urgência e necessidade são pelo fortalecimento da ATER como política pública do Estado.

A mobilização surtiu efeito, mas é preciso estar atentos, pois o governo não desiste do seu plano de desestatizar. A pauta é colocada em espera, como a Secretária de Agricultura disse em reunião do Assembleia Fiscaliza realizada no dia 29 de junho, quando afirmou que a proposta de fusão não deixou de existir, ela “está parada”, o que entendemos como estar apenas aguardando um momento político mais propício e conveniente para o governador.

Zema se nega a dialogar ou reconhecer as

reivindicações dos trabalhadores do serviço público. As lutas contra as privatizações, que ocorrem desde o início do governo, mostram que a resistência dos trabalhadores, com mobilização, unidade do Sindicato, agricultores, movimentos sociais e da população, principal afetada pelo fim dos serviços públicos, é a saída para resistir aos ataques para arrancar direitos e desmantelar cada dia mais o serviço público.

Privatização da Eletrobras

Em junho, Bolsonaro e parlamentares da direita aprovaram na Câmara, sem qualquer debate com a população, a privatização da Eletrobras, ou seja, a entrega de um dos principais patrimônios do povo brasileiro. Trata-se de um crime contra a população, que será penalizada com tarifas mais caras na conta de luz, desemprego e novos apagões. A Eletrobras está no Plano Nacional de Desestatização e faz parte do entreguismo e permanente saqueio do patrimônio público promovido pelo governo federal.



Arte: Sindieleto-MG

Após muita luta do Sindieleto-MG, em parceria com deputados estaduais, foi instaurada, em junho, a CPI da Cemig na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). A Comissão irá investigar fatos de possível ilegalidade na gestão da Cemig, desde 2019 até hoje. O pedido de instalação de CPI foi articulado pela deputada Beatriz Cerqueira (PT), com base em denúncias do Sindieleto e da CUT Minas. Criada sob requerimento do deputado Professor Cleiton (PSB), a CPI prestará esclarecimentos à população sobre o desmonte da Cemig visando a privatização, assunto que o Sindieleto vem tratando desde o início da gestão Zema.

Fonte: Sindieleto-MG

O SINTER-MG torna público seu balanço patrimonial, garantindo a transparência na prestação de contas relativas ao ano de 2020. Por meio do balanço, podem ser verificadas as principais informações sobre as ações financeiras e patrimoniais do Sindicato.

O SINTER, ao prestar contas dos recursos arrecadados, quer destacar os aspectos seguintes: 1º. A principal fonte de arrecadação do sindicato, cerca de 70%, é a contribuição dos seus sócios; 2º. Os recursos são utilizados nas atividades fins

do Sindicato, tais como: assembleias, reuniões dos sócios e da diretoria, conselhos deliberativo e fiscal, comunicação, encontros, seminários, atividades formativas e atividades de mobilização da categoria.

Ativo Circulante

CIRCULANTE	31/12/2020	31/12/2019
DISPONIBILIDADES		
Caixa	R\$ 269,12	R\$ 2.146,88
Bancos Conta Movimento	R\$ 146,06	R\$ 80.704,14
Aplicações Financeiras	R\$ 1.173.504,05	R\$ 988.745,67
Realizável		
Adiantamento a Associados	R\$ 13.712,91	R\$ 15.608,68
Bloqueio Judicial	-	-
Adiantamento Férias	-	-
Total do Circulante	R\$ 1.187.632,14	R\$ 1.087.205,37
NÃO CIRCULANTE REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Associados Diversos	R\$ 10.102,56	R\$ 9.753,31
Depósitos Judiciais	R\$ 9.828,51	R\$ 9.828,51
Imobilizado		
Imobilizações Técnicas	R\$ 287.346,05	R\$ 194.772,50
Obras em Andamento	R\$ 1.038.979,42	R\$ 1.038.769,42
Total Ativo não Circulante	R\$ 1.346.256,54	R\$ 1.253.123,74
Total Ativo	R\$ 2.533.888,68	R\$ 2.340.329,11

Passivo Circulante

CIRCULANTE	31/12/2020	31/12/2019
EXIGÍVEL		
Fornecedores	-	-
Obrig. Sociais/Trabalhistas	R\$ 11.268,10	R\$ 13.202,34
Obrig. Tributárias	R\$ 2.241,56	-
Total Passivo Circulante	R\$ 13.509,66	R\$ 13.202,34
Patrimônio Líquido		
Patrimônio Social	R\$ 2.327.126,77	R\$ 2.313.804,10
Resultado do Exercício	R\$ 191.670,85	R\$ 13.323,09
Ajuste Exercícios Anteriores	R\$ 1.581,40	(R\$ 0,42)
Total Patrimônio Líquido	R\$ 2.520.379,02	R\$ 2.327.126,77
Total do Passivo	R\$ 2.533.888,68	R\$ 2.340.329,11

Receitas Operacionais

CONTAS DE RESULTADO	31/12/2020	31/12/2019
RECEITAS OPERACIONAIS		
Contribuição Sócios Empregados/ Contribuição Sócios Aposentados	R\$ 679.873,50	R\$ 693.726,93
Contribuição Sindical	R\$ 4.095,82	-
Doações/Honorários Judiciais	R\$ 5.638,36	R\$ 3.493,42
Custas Judiciais	-	R\$ 7.383,42
Total das Receitas Operacionais	R\$ 689.607,68	R\$ 704.603,77

Despesas Operacionais

CONTAS DE RESULTADO	31/12/2020	31/12/2019
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas Operacionais	(R\$ 539.570,14)	(R\$ 733.999,71)
Despesas Financeiras	(R\$ 284,64)	(R\$ 16,40)
Despesas Tributárias	(R\$ 4.300,59)	(R\$ 17.198,85)
Total das Despesas Operacionais	(R\$ 544.155,37)	(R\$ 751.214,96)

Resultado do Exercício

CONTAS DE RESULTADO	31/12/2020	31/12/2019
Resultado Líquido do Exercício	(R\$ 145.452,31)	(R\$ 46.611,19)
Receita Extra Operacional	R\$ 46.218,54	R\$ 59.934,28
RESULTADO DO EXERCÍCIO	R\$ 191.670,85	R\$ 13.323,09

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 21.943.758/0001-33 | DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL

Balanço Social de 2020 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL

	PATRIMÔNIO SOCIAL	RESULTADO DO EXERCÍCIO	TOTAL
Saldo em 31/12/2019	R\$ 2.327.126,77	-	R\$ 2.327.126,77
Resultado do Exercício em 2020	-	R\$ 191.670,85	R\$ 191.670,85
Transf. para Patrimônio Social	-	-	-
Ajuste do Exercício Anterior	-	R\$ 1.581,40	R\$ 1.581,40
Saldo em 31/12/2020	R\$ 2.327.126,77	R\$ 193.252,25	R\$ 2.520.379,02

Demonstração de Fluxo de Caixa

	2020	2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
RECEBIMENTOS:		
Recursos Governamentais	-	-
Projetos Incentivados	-	-
Doações e Parcerias	R\$ 689.607,68	R\$ 704.603,77
Recebimento de Juros	-	-
Outras Receitas	R\$ 46.218,54	R\$ 59.934,28
PAGAMENTOS:		
Fornecedores	(R\$ 363.227,07)	(R\$ 619.690,87)
Impostos	(R\$ 2.640,45)	(R\$ 6.622,27)
Salários	(R\$ 71.709,01)	(R\$ 110.015,76)
Rendimentos Autônomos	(R\$ 15.013,55)	(R\$ 28.467,81)
Juros	(R\$ 284,64)	(R\$ 16,40)
Despesas antecipadas	(R\$ 89.951,18)	(R\$ 155.784,04)
Contas diversas	-	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	R\$ 193.000,32	(R\$ 156.059,10)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda de imobilizado	-	-
Pagamento pela compra de imobilizado	(R\$ 92.573,55)	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(R\$ 92.573,55)	-

	2020	2019
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Recebimento por empréstimos	-	-
Pagamento de empréstimos	-	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de empréstimos	-	-
Aumento (diminuição) líquido no caixa e equivalentes de caixa	R\$ 100.426,77	(R\$ 156.059,10)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	R\$ 1.087.205,37	R\$ 1.243.264,47
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	R\$ 1.187.632,14	R\$ 1.087.205,37

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2020

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Sindicato dos Trabalhadores em Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais é uma Pessoa Jurídica Privada, sem fins lucrativos, instituída em 28/04/1989, com tempo de duração indeterminada e com sede em Belo Horizonte - MG.

2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis e de acordo com as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, inclusive, as que tangem as Entidades sem fins lucrativos.

2.1 - A entidade adotou o regime contábil de competência.

2.2 - As aplicações financeiras de liquidez imediata são registradas pelo seu valor da aplicação, acrescidas dos rendimentos incorridos até a data do Balanço.

2.3 - O imobilizado é demonstrado através de seu custo de aquisição, não sendo depreciado, composto pelo seguinte conjunto de bens:

Computadores	R\$ 21.693,14
Imóveis	R\$ 125.000,00
Instalações	R\$ 28.072,82
Máquinas e Equipamentos	R\$ 17.080,68
Obras em Andamento	R\$ 1.038.979,42
Veículos	R\$ 8.974,44

2.4 - A entidade teve os seguintes resultados operacionais, em suas diversas áreas de atuação no ano de 2020.

Superávit	R\$ 191.670,85
-----------	----------------

2.5 - A entidade recebeu as seguintes contribuições, durante o exercício de 2020.

Contribuição Sócios Empregados	R\$ 679.873,50
Contribuição Sócios Aposentados	R\$ 4.095,82
Doações de honorários advocatícios e judiciais	R\$ 5.638,36

2.6 - A posição das Obrigações Sociais e Tributárias em 31/12/2020 eram as seguintes:

FGTS	R\$ 289,00
INSS	R\$ 1.749,55
IRRF	R\$ 2.117,44
PIS	R\$ 36,12
SALÁRIOS	R\$ 2.215,00
INSS RETENÇÃO	R\$ 88,00
CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS	R\$ 141,57

2.7 - A posição de valores a receber referente à prestação de contas de associados em 31/12/2020.

Associados	R\$ 13.712,91
------------	---------------

Bens Patrimoniais

1 sede própria	1 Palio Attractive 1.4 (2012)	1 fax multi HP - OJ 3680	5 computadores de mesa com monitor
1 impressora laser HP - 1020	1 scanner PRC 130	5 aparelhos telefônicos	1 rádio gravador
1 central de PABX Leucotron	1 servidor IBM2582 EMP X3100	1 máquina de escrever eletrônica	1 gravador digital
1 Multifuncional Lexmark Pro 5500	1 TV 29" (Toshiba tela plana)	1 projetor Epson Power Lite	1 computador HP 402 G1
1 Impressora HP - F4280	1 Monitor LG led 19"	1 Impressora Samsung ML 216 5W	1 Microcomputador Portátil DELL 15 5566
1 No-Break Back-UPS 1500VA825	1 Computador HP Intel Core 13-7100, 4GB	1 HD 500GB	1 HD Externo
1 fax multi HP - OJ 3680	1 Fragmentadora de papel	1 Notebook Toshiba A 205-S5833	1 Máq. fotográfica digital Sony H70
1 PC Micro Xcon HVB1SWITCH 24 portas	1 Refrigerador Electrolux de 240L	1 Lavadora GE 15kg	1 Ventilador portatil
1 Lavadeira alta pressão Re 881450	1 Forno microondas Continental	3 Cadeiras Grandes	1 acervo bibliográfico
1 Videoteca	2 Estantes de aço	3 Arquivos de Aço	
Bens Adquiridos em 2020	1 Impressora Brother	1 Microondas Electrolux	2 Fornos Elétricos
	1 Air Fryer	2 Geladeiras Consul	2 Fogões Cooks Consul
	12 Ventiladores de Teto	5 Mesas Trabalho	4 Cadeiras Giratorias
	1 Armário portátil	22 Camas com auxiliares	7 Cortinas
2 Filtros de Água Eletrolux	4 Armarios Planejados	5 Cortinas Persianas	29 Colchões Ortobom
Bens em Baixa em 2020 (doados a instituições assistenciais)			
30 cadeiras fixas	1 aparelho vídeo cassete	1 câmera digital Canon EOS T5 com lente 15.55 e SD 32 Gb*	1 fogão
1 armário	4 cadeiras giratórias	7 mesas para escritório	7 camas beliche e 14 colchões

Reconhecemos a exatidão do Presente Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2020.


FABIO ALVES DE MORAIS
CPF: 627.875.516-20
DIRETOR GERAL


ALUISIO BARBOSA JR. CONTABILIDADE LTDA - CRC-MG 6895/0-3
RT: ALUISIO BARBOSA JUNIOR - CRC MG: 52.782/0-2
CPF: 519.794.626 - 15

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Após análise e verificação do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis do ano civil de 2020, reconhecemos sua exatidão, tendo sido conferidos os documentos por amostragem.

Belo Horizonte, 30 de junho de 2020.


Ione de Quadros Maia Carvalho


Lúcio Passos Ferreira


Noé de Oliveira Fernandes Filho


Paulo César Thompson

Foi realizada no dia 30/6, reunião do Conselho Deliberativo do SINTER-MG para se discutir as demandas dos trabalhadores. Um dos pontos da pauta foi a Ação Coletiva de correção das contas do FGTS. A assessora jurídica do SINTER, Maria Ilca Fernandes, reforçou que não há previsão de quando o julgamento retornará à pauta do STF e que isso não interfere no ajuizamento das ações.

Maria Ilca também conversou com os membros do Conselho sobre a próxima ação, acertando detalhes como os documentos necessários para se entrar com a ação e orientações de como devem ser preparados e enviados. As informações sobre a nova ação serão repassadas pelos representantes sindicais às associadas e associados que têm direito.

Na reunião ainda se discutiu a ação humanitária do Sindicato, como parte da campanha “quem tem fome, tem pressa” criada pela CUT, em solidariedade à população que enfrenta a fome. A ajuda será feita em municípios do Estado que apresentam os mais baixos IDH's e com a aquisição de alimentos da agricultura familiar.

No encontro, também falou-se sobre o andamento das negociações coletivas, abertas em maio, e, no momento, se aguarda retorno do governo às cláusulas econômicas. Ações de mobilização serão discutidas com a base, na tentativa de sensibilizar o governo do Estado a responder as reivindicações dos trabalhadores e se manter aberto ao diálogo.



Convocamos todos(as) à luta contra a Reforma Administrativa

Ampliando sua atuação, buscando mostrar os efeitos nefastos da reforma administrativa para os trabalhadores e qualificando seu quadro de dirigentes com argumentos técnicos, o Sindicato convidou o assessor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, Thiago Rodarte, economista e Mestre pela UFMG, para participar da reunião. A participação do economista teve como objetivo, apresentar aos membros do Conselho do Sindicato, dados técnicos que jogam por terra os argumentos do governo federal na busca pela aprovação da reforma. Com o objetivo de somar na luta, compartilhar informações e pensar ações concretas contra a reforma, participaram da reunião como convidados o economista e supervisor técnico do Dieese, Fernando Duarte, Isabella Mendes, técnica do Dieese, e os dirigentes sindicais Marcelo Delão da Silva, do Sinfazfisco, e Adriano Tostes de Macedo, do Sindsema.

Ficou acertado que é urgente que o Sindicato amplie a luta contra a reforma administrativa e atue de modo a mostrar à população os riscos, caso a reforma seja aprovada. O Sindicato fará videoconferências com os associados, com a participação de economistas do Dieese, e buscará formas de se engajar na luta coletiva contra a aprovação da reforma.

Confira alguns pontos colocados pelo economista: **A reforma administrativa é a sequência de uma série de medidas colocadas para acabar com direitos sociais e com o serviço público:** A proposta segue um processo de profunda mudança do papel do Estado, em cenário onde já vigoram MP de contratação no serviço público, emenda do teto, que limita os gastos públicos com políticas sociais, reforma trabalhista, terceirização no serviço público, reforma da previdência, programa de privatizações, e diversas outras medidas aprovadas, que promovem o desmonte do papel do Estado e a mercantilização dos direitos sociais.

As justificativas do governo para aprovar a reforma e os motivos pelos quais não podemos permitir que ela seja aprovada:

Argumentos do governo Bolsonaro para aprovar a reforma administrativa:

O serviço público é caro e entrega pouco à sociedade.

A gestão de pessoal é complexa.

O serviço público é ineficiente, obsoleto e pouco dinâmico.

Está distante da realidade do país.

Diz que há perda da capacidade de investimento.

Falta de recursos para manter a prestação de serviços básicos e folha de pagamento.

Contrapontos que derrubam tais argumentos

A pandemia mostrou o contrário, se não fosse o serviço público, estaríamos em uma situação ainda pior, frente à incompetência e negacionismo do governo.

O que a reforma pretende é tirar a estabilidade dos servidores. A reforma é um pretexto para que eles possam ser demitidos.

Essa ineficiência diz muito mais sobre a gestão que é eleita, do que sobre os servidores públicos. Um exemplo claro foi a completa incompetência da gestão do governo federal na pandemia e o importantíssimo papel dos servidores do SUS, que atuaram em defesa da vida.

São os servidores públicos que estão mais próximos, lidando e buscando soluções para uma série de problemas da população.

O que faz o país perder investimentos é a escolha que os governantes vêm fazendo, de reduzir a participação do Estado no processo econômico, a partir da aprovação do teto dos gastos e outras reformas.

A aprovação da PEC 95, do teto dos gastos públicos, foi uma escolha do Estado em não participar do desenvolvimento da economia do país, não atuar para estimular o crescimento econômico e, conseqüentemente, a arrecadação, o que proporcionaria a melhoria dos serviços públicos.